

QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA DOS PAIS E AUTONOMIA VOCACIONAL DOS JOVENS

José Carlos Gomes da Costa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, jcgcc@utad.pt

Resumo: A capacidade dos jovens para tomarem decisões quanto ao seu futuro vocacional está associada com a sua autonomia, nomeadamente com o grau de separação em relação aos pais que lhes permite construir uma identidade projetiva, isto é, projetarem-se no futuro e idealizarem para si próprios um percurso educativo e uma meta vocacional. Este estudo procura investigar se a autonomia dos jovens, enquanto capacidade para estes se diferenciarem dos seus pais, está associada com o nível de formação académica destes últimos.

O método compreendeu uma amostra de 575 sujeitos (236 rapazes e 339 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, estudantes no Ensino Superior. Para a avaliação da autonomia recorreu-se ao Inventário de Separação Psicológica (Almeida, Dias e Fontaine, 1996) e para a avaliação do nível de formação académica dos pais foi utilizado um questionário de dados sociodemográficos. Os resultados demonstram que o nível de formação académica dos pais (quer do pai, quer da mãe) se associa com a autonomia ideológica dos jovens, mas não com a sua autonomia funcional e emocional. Estes resultados permitem concluir que o nível de formação académica dos pais parece ter um efeito potenciador da autonomia ideológica nos filhos, o que vem apoiar a ideia de que os recursos e as aptidões sociais que os diferentes grupos da população possuem condicionam as diversas modalidades de socialização.

Introdução

A conquista da autonomia e a consolidação da identidade constituem pré-requisitos para a construção de um projeto de vida que inclua a dimensão vocacional e a aquisição de conhecimentos, atitudes e capacidades que se ajustem às expectativas do contexto social, económico e cultural em que se inserem os jovens. A consecução de uma progressiva autonomia e a estabilização da identidade são tarefas de desenvolvimento centrais nesta fase do desenvolvimento, correspondendo assim a necessidades de ajustamento quer intrapsíquicas quer interpessoais (Arnett, 2001; Brown & Wright, 2001; Dias & Fontaine, 2001; Fleming, 2005), permitindo aos jovens a construção de uma identidade projetiva, isto é, a idealização do que querem vir a ser, mobilizando-os para o delinear de um percurso educativo e de uma meta vocacional.

A autonomia resulta de um processo interativo, associado à dinâmica do próprio desenvolvimento, um processo determinado por fatores cognitivos e emocionais, de natureza genética, ambiental e contextual, em que a dimensão intrapsíquica é apenas um dos aspetos a considerar, mas não o único. Na fase de transição da adolescência para a idade adulta, a autonomia pode ser entendida como a capacidade para cuidar de si próprio e tomar decisões independentes, assumindo uma atitude madura que se traduz no controlo dos impulsos, numa conduta responsável e numa posição de maior igualdade em relação aos pais (Maysless & Scharf, 2003). A autonomia está associada à capacidade para responder por si, à independência pessoal, ao autocontrolo e ao autogoverno (Arnett, 2001; Gomes-da-Costa, 2006). Todavia, a autonomia não pode ser vista como um conceito unidimensional, mas sim como um constructo com várias dimensões. Hoffman (1984) referiu-se a quatro dimensões da autonomia: a autonomia funcional, a que corresponde a capacidade para resolver os próprios assuntos sem recurso ao apoio parental; a autonomia ideológica, traduzida na diferenciação nas atitudes, crenças e valores em relação aos pais; a autonomia emocional, que implica uma relativa independência em relação à excessiva necessidade de apoio e aprovação emocional dos pais; e a autonomia conflitual, que pressupõe a libertação de culpabilidade, de ressentimentos e raiva na relação com os pais. Mais recentemente, Arnett (2001) propôs duas vertentes para a autonomia: a individuação, que compreende a capacidade para decidir apoiado nas próprias crenças e valores, assumindo a responsabilidade pelos seus atos; e a maturidade emocional, traduzida no controlo emocional, estabilidade afetiva, consideração e respeito pelos outros e delinear objetivos de vida.

Indissociável da autonomia é a formação e consolidação da identidade, como processo que se realiza progressivamente, estando intimamente ligado à experiência relacional com os outros. A identidade pessoal é uma construção dinâmica que progressivamente vai alterando a consciência de si através das relações interpessoais, das trocas afetivas e da comunicação.

Podemos assim perspetivar a identidade pessoal como uma construção psicossocial, em que o sentimento de unidade, diferenciação e continuidade é indissociável do papel dos outros na construção do sujeito. À dimensão intrapsíquica da identidade é necessário acrescentar uma dimensão interpessoal, integrando assim a realidade contextual que contribui para a formação da identidade (Côté & Schwartz, 2002). A identidade está associada à representação de si e esta, por sua vez, está intimamente associada ao desenvolvimento cognitivo e emocional, sendo construída a partir das experiências de interação social em que a pessoa se autorreconhece e das atitudes e opiniões dos outros a seu respeito. Sendo um processo que envolve capacidades cognitivas e emocionais, transforma-se ao longo da vida, devido ao desenvolvimento dessas mesmas capacidades, da diversidade de experiências e dos contextos em que ocorrem, mas é sobretudo na transição da adolescência para a idade adulta que a representação de si se alarga a horizontes que passam a constituir os principais organizadores do comportamento e a traduzir a noção de individualidade psicológica (Dacey & Travers, 2002). A representação de si e a identidade estão claramente associadas à diversidade dos papéis sociais e dos contextos culturais em que os jovens se inserem.

Várias investigações focam a importância da influência familiar na autonomia e no rendimento académico dos filhos. Entre as variáveis mais estudadas encontram-se a participação parental e as características familiares, como por exemplo a escolaridade dos pais e o seu estatuto socioeconómico (Arnold & Doctoroff, 2003; Casanova, García-Linares, Torre & Carpio, 2005; Okoye, 2009; Schulz, 2005). A associação positiva entre o nível de formação académica dos pais e a capacidade de autonomia dos filhos encontra também suporte em várias investigações que verificaram que o nível de formação académica dos pais se correlacionava positivamente com o modo como estes se relacionavam com os filhos, havendo pais com formação universitária que favoreciam a autonomia dos filhos ao adotarem uma relação educativa que privilegiava a expressão das emoções, a imaginação, a criatividade

e a organização de recursos (Gomes-da-Costa, 2006). Outros estudos (Barber, 2002; Steinberg & Silk, 2002) vieram sublinhar que a autonomia dos jovens e a sua capacidade para projetar o futuro está positivamente correlacionada com atitudes parentais acolhedoras, compreensivas, coerentes e dialogantes, encorajando-os a expressarem as suas próprias ideias e opiniões. A conclusão de que os pais inseridos em camadas socioeconómicas mais elevadas e com um nível de escolaridade mais diferenciada, têm acesso a melhores e mais variados recursos do que os pais inseridos em meios socioeconómicos menos favorecidos – o que acaba por resultar não só num ambiente mais estimulante para o desenvolvimento sociocognitivo mas também num ganho de autonomia dos jovens inseridos em faixas sociais mais diferenciadas – é sublinhada em algumas investigações (Arnold & Doctoroff, 2003; Marks, 2006). Diversas investigações debruçam-se sobre a influência dos aspetos familiares no desempenho escolar dos jovens (Eamon, 2005; Fontaine & Antunes, 2007; Gonzalez-DeHass, Willems & Holbein, 2005; McNeal, 2001) concluindo, entre outros aspetos, que as famílias com mais recursos económicos apresentam mais facilidade em adquirir recursos culturais, proporcionando aos seus filhos maiores oportunidades. Porém, dois dos trabalhos referidos (Eamon, 2005; McNeal, 2001), concluíram que o nível académico dos pais tem um efeito indireto na autonomia dos jovens, sustentando que o envolvimento parental no processo educacional dos filhos se apresenta como um preditor mais forte, enquanto fator que favorece a aquisição da autonomia.

Método

A hipótese de investigação enunciada – a qualificação académica dos pais condiciona a autonomia vocacional dos jovens – foi operacionalizada em indicadores organizados em variáveis independentes e dependentes, procurando contribuir para a explicação da variabilidade da autonomia no jovem em função do nível de formação académica dos pais.

Foi adotado um método de investigação do tipo quantitativo permitindo associar as duas variáveis em análise.

Participantes

Participaram nesta investigação 575 sujeitos, estudantes universitários, 236 rapazes (41%) e 339 raparigas (59%), entre os 18 e os 21 anos, com média de idades situada nos 19,8 anos. A maioria dos participantes (95,1%) vivia, antes de se encontrar a estudar no Ensino Superior, com ambos os pais. Apenas 3,3% vivia só com a mãe e 1,6% não vivia nem com a mãe nem com o pai.

Instrumentos

Para a avaliação da autonomia foi utilizado o Inventário de Separação Psicológica (Almeida, Dias & Fontaine, 1996), a versão portuguesa do *Psychological Separation Inventory* (Hoffman, 1984). O Inventário de Separação Psicológica avalia quatro dimensões da separação psicológica em relação aos pais, já aqui referidas: funcional, emocional, ideológica e conflitual. A autonomia funcional tem a sua origem na capacidade que a criança vai adquirindo progressivamente para agir de forma autónoma, correspondendo mais tarde à capacidade para tratar das suas próprias ocupações e afazeres pessoais sem o apoio dos pais; a autonomia ideológica nasce a partir da possibilidade de diferenciação das próprias representações mentais em relação aos outros, o que corresponde à capacidade de diferenciação das atitudes, crenças e valores em relação aos pais; a autonomia emocional surge a partir da interiorização de regras e à sua posterior diferenciação em relação ao sistema normativo parental e, mais tarde, a uma relativa independência em relação à necessidade excessiva de aprovação, proximidade e apoio emocional dos pais; a autonomia conflitual tem a sua origem na conflitualidade intrapsíquica característica do desenvolvimento infantil e

pode ser entendida como uma libertação de uma excessiva culpabilidade, de uma ansiedade bloqueadora, de ressentimento e raiva em relação aos pais.

Para avaliação do nível de qualificação académica dos pais foi construído e aplicado um questionário de dados sociodemográficos que permitiu recolher informações não só sobre os níveis de escolaridade e a profissão do pai e da mãe, mas também a idade, o género, a estrutura familiar, o número de irmãos e o aproveitamento escolar dos participantes neste estudo.

Procedimentos

Em conformidade com o método adotado quer pelo autor original do instrumento de avaliação utilizado (Hoffman, 1984), quer por aqueles que traduziram e validaram esse mesmo instrumento para a população portuguesa (Almeida, Dias & Fontaine, 1996), procedemos à organização de oito escalas relativas à avaliação da autonomia funcional, ideológica, emocional e conflitual, avaliando separadamente a relação do jovem com o pai e com a mãe. Foi testado o grau de fidelidade das escalas através do coeficiente *alfa de Cronbach*, a fim de avaliar o seu nível de consistência interna. As duas escalas de autonomia conflitual apresentaram valores muito baixos ($\alpha=0,32$ para a escala de autonomia conflitual em relação ao pai e $\alpha=0,01$ para a escala de autonomia conflitual em relação à mãe), não revelando um nível de consistência fiável, tendo, por isso, sido excluídas do instrumento de avaliação. Por seu turno, na escala de autonomia funcional em relação à mãe foi eliminado o item 16 de forma a aumentar o seu nível de consistência interna que passou de $\alpha=0,64$ para $\alpha=0,78$; também na mesma escala mas em relação ao pai foi eliminado o item 60, passando o seu nível de consistência interna de $\alpha=0,72$ para $\alpha=0,83$. O valor global de *alfa de Cronbach* para o Inventário de Separação Psicológica foi de $\alpha=0,89$. Para a verificação da hipótese recorreu-se ao *teste One-Way Anova* para análise do efeito do fator na variável endógena

(escolaridade dos pais), testando se as médias da variável endógena em cada categoria do fator são ou não iguais entre si.

Resultados

Como se pode verificar pela leitura da tabela seguinte, a autonomia ideológica do jovem em relação ao pai aparece significativamente associada ($p < 0,05$) com a escolaridade deste. Porém, o mesmo não se verifica em relação à autonomia funcional e à autonomia emocional.

Tabela 1: Autonomia do jovem em relação ao pai segundo a escolaridade deste
(teste one-way ANOVA)

Autonomia	Ens. Básico	Ens. Secundário	Ens. Superior	
	M	M	M	p
Funcional	22,52	23,70	23,73	0,063
Ideológica	27,82	30,08	30,55	0,000
Emocional	29,37	29,10	29,81	0,823

M – média

$p < 0,05$

Tabela 2: Autonomia do jovem em relação à mãe segundo a escolaridade desta
(teste one-way ANOVA)

Autonomia	Ens. Básico	Ens. Secundário	Ens. Superior	
	M	M	M	p
Funcional	25,84	26,02	25,61	0,263
Ideológica	28,77	30,35	30,68	0,004
Emocional	30,89	30,81	30,88	0,925

M – média

$p < 0,05$

Como se pode constatar pela leitura da tabela anterior, verifica-se uma associação significativa ($p < 0,05$) entre a autonomia ideológica do jovem em relação à mãe e a

escolaridade desta. Todavia, não se verifica o mesmo no que diz respeito à autonomia funcional e à autonomia emocional.

Discussão

Pela leitura dos resultados obtidos verifica-se que a autonomia ideológica dos jovens, quer em relação ao pai quer em relação à mãe – ou seja, a sua capacidade para se diferenciarem quanto às atitudes, crenças e valores em relação aos seus pais – aumenta significativamente com o nível de formação académica dos pais (tabelas 1 e 2), sustentando assim empiricamente a ideia de que o nível de formação académica dos pais se reflete significativamente na autonomia ideológica dos adolescentes da nossa amostra.

Estes resultados têm sido confirmados por outras investigações (Gomes-da-Costa, 2006; Holmbeck, Paikoff & Brooks-Gunn, 1995; Steinberg, & Silk, 2002), que sustentam que os pais com formação universitária tendem a acentuar mais, na sua relação educativa com os filhos, a vertente de apoio, carinho e compreensão, e menos a dimensão controladora, contribuindo assim para o desenvolvimento da autonomia dos jovens. Também os resultados obtidos nesta investigação parecem confirmar este pressuposto teórico: o nível de formação académica dos pais parece ter aqui um efeito potenciador da autonomia, já que se associa ao ganho da autonomia ideológica dos adolescentes da nossa amostra. Por sua vez, o nível de formação académica dos pais não se reflete significativamente na capacidade de autonomia funcional e emocional dos adolescentes – isto é, na sua capacidade para lidar com problemas práticos do quotidiano sem recurso ao apoio parental, ou para se libertarem da necessidade de aprovação e apoio emocional dos pais – mas sim na autonomia ideológica que nos parece, de todos os aspetos da autonomia considerados por Hoffman (1984), aquele que mais se associa ao desenvolvimento do raciocínio crítico, dando possibilidade ao adolescente de se distanciar

criticamente, filtrar o sistema de valores parental e, assim, de se projetar no futuro e delinear uma meta vocacional.

Estes dados – que todavia não confirmam as conclusões da investigação de Dias & Fontaine (2001), que sugere que a independência ideológica em relação ao pai e à mãe diverge em função do nível socioeconómico dos sujeitos mas é maior nos jovens de nível socioeconómico desfavorecido – dever-se-ão na nossa ótica ao facto de, provavelmente, os pais com um nível de formação académica mais diferenciado introduzirem na matriz familiar um padrão comportamental que estimula o desenvolvimento cognitivo e facilita a conquista progressiva da autonomia ideológica, através não só da valorização ativa da cultura e de uma maior disponibilidade de bens culturais, mas também do debate de ideias: é natural que numa família cujos pais tenham uma formação académica superior se leiam jornais e livros, se converse sobre cinema e teatro, se comente esta exposição ou aquele concerto, se dialogue sobre as aptidões dos filhos, o seu futuro vocacional e projeto de vida.

Note-se, por outro lado, que o nível de formação académica dos pais não se reflete na autonomia funcional dos adolescentes (tabelas 1 e 2): a capacidade de resolução de problemas práticos, ligados ao dia-a-dia, sem recurso ao apoio parental, não aparece, na nossa investigação, associada a um nível mais diferenciado de formação académica dos pais. Todos aqueles que, como nós, têm experiência de trabalho com crianças e jovens que se inserem nas chamadas *franjas sociais*, ou com *populações em risco de exclusão* como hoje habitualmente se designam, conhecem a assinalável capacidade de resolução de problemas práticos e desembaraço das crianças e jovens destes meios, revelando uma notável – e muitas vezes precoce – autonomia funcional. Por outro lado, o nível de formação académica dos pais também não se reflete na autonomia emocional dos adolescentes: a capacidade de prescindir do apoio emocional ou da aprovação parental também não está, na nossa amostra, associada ao nível de formação académica dos pais.

Dias & Fontaine (2001) referem que os pais que se inserem em extratos mais carenciados da população dão maior valor à conformidade e obediência dos filhos e menor valor à sua autonomia do que os pais das classes médias. Assim estes pais reproduzem no seu padrão comportamental educativo os valores vividos na sua experiência quotidiana de trabalhos, repetindo em casa um modelo relacional vivido no emprego; por sua vez este modelo relacional daria origem a projetos de vida pouco ambiciosos, insistindo os pais na disciplina, ordem e controlo. A este propósito, a Sociologia adianta uma explicação que nos parece muito pertinente: os recursos e as aptidões sociais que os diferentes grupos da população possuem – como, por exemplo, o nível de escolaridade e de inserção socioprofissional – condicionam as diversas modalidades de socialização, criando o que se poderia designar por *efeito de classe social* (Vasconcelos, 1998). Em contraste com este modelo de reprodução social temos modelos de compreensão que sublinham a interação entre fatores intrapsíquicos e fatores sociais (Gomes-da-Costa, 2000). Nesta perspetiva, o baixo nível de escolaridade dos pais associado a um meio sociocultural e economicamente desfavorecido, traduz uma modalidade de funcionamento psíquico em que a comunicação se reduz a um papel instrumental, fazendo aumentar a vulnerabilidade.

Conclusões

Os resultados obtidos nesta investigação devem ser contextualizados dentro dos limites em que a mesma se realizou. Porém, parece-nos legítimo sublinhar aqui, no âmbito da responsabilidade parental no apoio ao desenvolvimento vocacional dos filhos, a prioridade que deve ser dada ao trabalho a montante, isto é, com os pais e com as famílias.

Referências

- Almeida, M.; Dias, G.F. & Fontaine, A-M. (1996). Separação psicológica das figuras parentais em jovens universitários: adaptação do Psychological Separation Inventory de Hoffman à população portuguesa. *Psiquiatria Clínica*, 17 (1), 5-7.
- Arnett, J. (2001). Conceptions of the transition to adulthood: perspectives from adolescence through midlife. *Journal of Adult Development*, 8, 133-143.
- Arnold, D. & Doctoroff, G. (2003). The early education of socioeconomically disadvantaged children. *Psychology*, 54, 517-545.
- Barber, B. (2002). Reintroducing parental psychological control. In B. Barber (Ed.), *Intrusive parenting: how psychological control affects children and adolescents* (pp. 15-52). Washington, DC: APA.
- Brown, L.S. & Wright, J. (2001). Attachment theory in adolescence and its relevance to developmental psychopathology. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 8 (1), 15-32.
- Casanova, P., García-Linares, C., Torre, M., & Carpio, V. (2005). Influence of family and socio-demographic variables on students with low academic achievement. *Educational Psychology*, 25 (4), 423-435.
- Côté, J. & Schwartz, J. (2002). Comparing psychological and social approaches to identity: identity status, identity capital, and the individualization process. *Journal of Adolescence*, 25, 571-586.
- Dacey, J. & Travers, J. (2002). *Human development across the lifespan*. Boston: McGraw-Hill.
- Dias, G.F. & Fontaine, A-M. (2001). *Tarefas desenvolvimentais e bem-estar em jovens universitários*. Lisboa: FCG /FCT.
- Eamon, M. (2005). Social-demographic, school, neighborhood and parenting influences on the academic achievement of Latino young adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 34 (2), 163-174.
- Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer: psicologia da adolescência*. Porto: Afrontamento.
- Fontaine, A.M. & Antunes, C. (2007). Famille et resilience en milieu scolaire: L'influence des attitudes parentales sur l'estime de soi et les resultats scolaires des adolescents. In Boris Cyrulnik & J.P. Pourtois (Eds.). *École et Résilience* (pp.299-325). Paris: Odile Jacob.
- Gomes-da-Costa, J.C. (2000). Risco e vulnerabilidade no desenvolvimento (Dissertação para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Gomes-da-Costa, J.C. (2006). *Estilo parental e autonomia na adolescência* (Dissertação de Doutoramento). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Gonzalez-DeHass, A., Willems, P., & Holbein, M. (2005). Examining the relationship between parental involvement and student motivation. *Educational Psychology Review*, 17 (2), 99- 123.
- Hoffman, J. (1984). Psychological separation of late adolescents from their parents. *Journal of Counseling Psychology*, 31, 70-178.
- Holmbeck, G. Paikoff, R. & Brooks-Gunn, J. (1995). Parenting Adolescents. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting* (vol. 1, pp. 91-118). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Marks, G. (2006). Are between and within school differences in student performance largely due to socio-economic background? Evidence from 30 countries. *Educational Research*, 38 (1), 21-40.

- McNeal, R. (2001). Differential effects of parental involvement on cognitive and behavioral outcomes by socioeconomic status. *Journal of Socio-Economics*. 30. 171-179.
- Maysless, O. & Scharf, M. (2003). What does it mean to be an adult? The Israeli experience. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 100, 5-20.
- Okayed, N. (2009). Effect of gender, socioeconomic status and school location on student's performance in Nigerian integrated science. *Education*. 123 (3). 561-568.
- Schulz (2005), Measuring the socio-economic background of students and its effect on achievement in PISA 2000 and PISA 2003. *Annual Meetings of the American Educational Research Association in San Francisco*, 1-29.
- Steinberg, L. & Silk, J. (2002). Parenting adolescents. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting* (vol. 1, pp. 103-133). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Vasconcelos, P. (1998). Vida Familiar. In J.M. Pais (Ed.), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (pp. 321-404). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais / Secretaria de Estado da Juventude.